

## TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇO

### 1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços de publicação de avisos de licitações, *sob demanda*, em jornal com grande circulação Estadual (Estado do Rio Grande do Sul), para divulgação de matérias oficiais de licitações, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo e anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE (estimada)
1	Publicação de avisos de licitação em jornal de grande circulação estadual (RGS), em atendimento à legislação pertinente, conforme especificações técnicas detalhadas no subitem 4.3.	UN	200

1.2. O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima - art. 6º, XIV, da Lei 14.133/2021).

1.3. O serviço enquadra-se no seguinte tipo:

- ☐ Serviço (escopo, prazo certo e não continuado)
- ☒ Serviço sob demanda contínuo (prazo certo e continuado)
- ☐ Serviço contínuo (prazo certo e continuado mensal).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, a contar no dia útil seguinte à disponibilização da súmula no Diário Eletrônico do Ministério Público (DEMP);

1.5. A contratação poderá ser prorrogada, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, por se tratar de serviço continuado.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação é necessária para viabilizar a publicação de avisos de licitações e demais atos da matéria licitatória, conforme as demandas da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público-RS, em jornal diário de grande circulação, em atendimento ao disposto no artigo 54, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A presente contratação tem por objeto substituir o Contrato n.º 43/2024, firmado com a empresa Gibbor Publicidade e Publicações de Editais LTDA., oriundo do Aviso de Contratação Direta nº 30/2024, em virtude de seu encerramento, seja pelo término de sua vigência, previsto para o dia 16/10/2025, seja pela execução integral do objeto contratado, com o consequente esgotamento do saldo quantitativo remanescente.

2.3. A presente estimativa foi baseada no número de avisos demandados para os certames realizados por este órgão no último exercício, considerando, ainda, a possibilidade de eventuais republicações, realização de outras modalidades licitatórias e publicações de atos decorrentes. Ressalta-se que tais situações podem extrapolar o levantamento realizado com base no consumo do ano anterior, que reflete, portanto, um estudo estimativo e não absoluto.

### 3. SOLUÇÃO

- ☐ A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar.
- Houve dispensa do Estudo Técnico Preliminar conforme o provimento n.º 104/2023 – PGJ, artigo 9º, devido o valor estimado de a contratação ser inferior a R\$ 59.906,02, valor este que se enquadra no limite estabelecido pelo inciso II do artigo 75 da Lei Federal n. 14.133/2021.

### 4. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

#### 4.1. Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O serviço CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.
- ☐ O serviço CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- O serviço NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

#### 4.2. Pré-qualificação

- Não há serviços pré-qualificados.
- ☐ Há serviços pré-qualificados (art. 6º, XLIV e art. 80, § 5º, da Lei nº 14.133/21).

#### 4.3. O serviço possui as seguintes especificações gerais:

##### 4.3.1. A presente pretensa destina-se a jornais de grande circulação.

4.3.1.1. Como jornal de grande circulação entendemos ser razoável adotar a orientação do Ministério da Economia, enviada às Juntas Comerciais através do Ofício circular SEI n. 3153/2020/ME, bem como da Associação Nacional de Jornais, recomendação editorial de janeiro de 2025 ([https://www.anj.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Regras-basicas-para-um-jornal-de-grande-circulacao-no-Brasil-Lei-das-S.As\\_.pdf](https://www.anj.org.br/wp-content/uploads/2025/01/Regras-basicas-para-um-jornal-de-grande-circulacao-no-Brasil-Lei-das-S.As_.pdf)), pelos quais um jornal de grande circulação deve, entre outros:

a) Estar disponível em forma impressa, bem como possuir versão digital.

a.1) Justifica-se pela necessidade de garantir a ampla divulgação, tanto para públicos que acessam o meio físico quanto para aqueles que utilizam meios digitais, considerando o princípio publicidade dos atos administrativos.

b) Circulação de forma habitual, pelo menos, em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

b.1) Garante que os atos atinjam o maior número possível de interessados em âmbito estadual, assegurando efetividade no cumprimento do princípio da publicidade e da ampla competitividade. Veículos de circulação restrita poderiam comprometer a isonomia dos certames.

c) Não ser direcionado para determinado público.

c.1) A vedação de veículos segmentados visa a garantir a impessoalidade e isonomia, princípios fundamentais do processo licitatório além de evitar a restrição do alcance da publicidade apenas a públicos específicos, o que poderia comprometer a finalidade da contratação.

d) Deve circular pelo menos 5 (cinco) dias na semana e o *site* do jornal também deve ser atualizado no mínimo 5 (cinco) vezes na semana.

d.1) Este requisito assegura a frequência mínima de circulação e atualização, garantindo o alcance da publicidade de forma regular e contínua.

e) Deve ser constituída de acordo com o artigo 222 da Constituição Federal.

e.1) O art. 222 da Constituição Federal estabelece que a propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão é restrita a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos, ou pessoas jurídicas constituídas sob leis brasileiras e com sede no país. Este requisito visa a assegurar a regularidade jurídica e a legalidade da operação da empresa.

f) Ter expediente informando o diretor e o editor responsáveis, a razão social, o CNPJ e dados de contato.

f.1) Esse requisito assegura a rastreabilidade, a transparência e a responsabilidade institucional do veículo contratado, permitindo eventual controle, responsabilização e conferência da regularidade da empresa. Está alinhado ao princípio da legalidade, controle e transparência.

g) Que possua tradição em publicações de editais, para fins de cumprimento da nossa finalidade.

g.1) Este requisito busca assegurar que a empresa possua capacidade técnica comprovada no objeto pretendido, em conformidade com o disposto no art. 67, inciso II, da Lei n.º 14.133/21, que permite a exigência de qualificação técnica relacionada com o objeto da contratação.

h) A publicação deverá ser realizada obrigatoriamente nos jornais impressos, abrangendo também o eletrônico.

4.3.1.2. Resumidamente, pode-se definir jornal de grande circulação como aquele que possui publicação impressa e digital, sendo editado, produzido, distribuído e atualizado, no mínimo, cinco (5) dias por semana, com alcance a leitores em diversas regiões.

#### 4.3.2. Especificações técnicas

4.3.2.1. Inobstante os requisitos dispostos no subitem 4.3.1.1, alíneas “a” a “g”, o objeto da presente contratação deve observar ainda:

- a) Dimensões aproximadas (2 colunas x 4cm de altura), em preto e branco;
- b) Devem ser utilizadas famílias de fontes de fácil leitura, dentre outras, Arial, Helvética e Times New Roman;
- c) Aproximadamente 1.000 (caracteres);
- d) Possuir uma seção de “Publicidade Legal” ou equivalente;
- e) Enviar a comprovação da publicidade no periódico ou fornecer uma senha de acesso para a versão digital do jornal, as quais deverão permanecer ativas durante toda a vigência da prestação do serviço.

4.3.2.2. Abaixo, segue modelo de aviso.

## AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA, em Porto Alegre, xx de janeiro de 202x.

(nome do servidor),  
Unidade de Licitações.

4.5. As publicações deverão ser feitas nos cadernos principais do jornal, naqueles destinados às publicações legais, sendo vedada a inserção das publicações nos cadernos de classificados.

4.6. Periodicidade mínima do jornal: segunda a sexta-feira.

4.7. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

☐ Foram adotados

■ Não foram adotados (considerando o entendimento de que não podemos assumir o controle/fiscalização da atividade alheia, no sentido de que não caberia a esta PGJ indicar a compra de determinada espécie de papel, por exemplo, até mesmo diante da inexistência de um fecho a respeito da obrigatoriedade de empresas jornalísticas terem de seguir normativos/práticas de sustentabilidade; em sendo assim, não alimentamos, outrossim, restrições à competitividade).

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Exigências legais

■ Foram verificadas e não existem para o objeto.

☐ Há exigências legais.

5.2. Garantia de execução do contrato

■ Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

☐ Será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no contrato, computado sobre o valor anual do contrato.

5.2.1. Quaisquer das modalidades de garantia que a contratada optar deverão ser apresentadas antes da assinatura do contrato, devendo ser apresentadas no prazo de 1 mês a contar da homologação do contrato.

5.2.2. A garantia, dentre outras regras constantes do contrato, assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

5.2.3. A modalidade seguro-garantia e a carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

5.3. Outros documentos que antecedem o início da prestação dos serviços (a exemplo de ARTs, listagem de funcionários, etc):

■ Não existem outros documentos necessários à execução do serviço

☐ Existem outros documentos necessários à execução do serviço.

5.4. Programa de Integridade

- ☐ Os valores e o prazo da presente contratação indicam a necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade, mediante apresentação de Certificado a ser emitido pela CAGE, nos termos da Lei Estadual nº 15.228/2018 e do Provimento 75/2016, no prazo de 180 dias, contados da celebração do contrato.
- Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1. Prova de material decorrente da prestação do serviço**

- Não há material/produto a ser entregue
- ☐ Sim

### **6.2. Início da execução**

- ☐ Haverá uma ordem de serviço para todo o contrato
- Haverá várias ordens de serviço, sob demanda, durante a execução do contrato

6.3. A entrega do serviço está disposta no subitem 4.3.3 a 4.3.5 deste TR, inclusive prazo e forma de envio da arte.

### **6.4. Local de prestação dos serviços**

- Os serviços serão prestados na própria empresa.
- ☐ Os serviços serão prestados no Ministério Público.

### **6.6. Subcontratação**

- É vedada a subcontratação
- ☐ É autorizada a subcontratação.

### **6.7. Garantia do serviço**

■ prazo de garantia é o estabelecido na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor): 30 dias para serviços não duráveis e 90 dias para serviços duráveis.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**

### **7.1. A prestação do serviço será formalizada:**

- ☐ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato.
- Contrato

7.2. As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3. As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A execução do contrato será coordenada pelo Gestor do contrato (ou, na falta deste, por seu substituto), bem como acompanhada e fiscalizada pelo fiscal (ou seu substituto).

7.4.1. **A gestão do contrato** será exercida por Luciano Fernandes Teixeira, de forma titular, e por Fabíola Lemos Bonfadini, de forma substituta, ambos lotados na Divisão de Compras, Unidade de Licitações, Rua Andrade Neves, nº 106, 18º andar, em Porto Alegre; contatos podem ser feitos pelo fone (51) 3295-8065/8121 ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br). A **fiscalização do contrato** será exercida por Fabíola Lemos Bonfadini, de forma titular, e por Luciano Fernandes Teixeira, de forma substituta lotação, endereço, email e telefones já citados.

7.4.2. O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.4. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotará no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexecução ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

7.4.5. Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

- ☒ Não
- ☐ Sim

7.5. Obrigações gerais da contratada:

- a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- i) manter preposto no local do serviço, aceito pela Administração;
- j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017).

#### 7.6. Obrigações específicas:

- ☒ Não existem obrigações específicas vinculadas ao objeto.
- ☐ Existem obrigações específicas vinculadas ao objeto.

#### 7.7. Sanções:

7.7.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

- a) Multa por atraso



a.1) multa por atraso: será cobrada multa por atraso na execução contratual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato por dia de atraso, limitada a, no máximo, 20 (vinte) dias;

a.2) multa por atraso em obrigações com prazos definidos em minutos: para obrigações cuja execução esteja fixada em minutos (subitens 4.3.5.2 e 4.3.6.1 deste Termo), será aplicada multa de 0,01% sobre o valor total do contrato a cada 05 (cinco) minutos de atraso, até o limite de 30 minutos;

b) advertência;

c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato;

d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### 7.7.2. Sanções específicas

☒ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

☐ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

7.7.3. A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

### 8. PAGAMENTO

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, no mês subsequente à prestação dos Serviços, o respectivo documento fiscal (nota fiscal), contendo o valor total de todas as Ordens de Serviço recebidas definitivamente no mês anterior.

8.2. Juntamente com a nota fiscal, a CONTRATADA deverá encaminhar, obrigatoriamente, os seguintes documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, todos com validade vigente na data de apresentação:

a) Certidão de Regularidade com o FGTS (CRF);

b) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Receita Federal);

c) Certidão de Regularidade Fiscal da Receita Estadual do Estado do Rio Grande do Sul;

d) Certidão de Regularidade Fiscal da Receita Estadual do estado onde estiver situada a sede da CONTRATADA, caso esta não se localize no RS;

e) Certidão de Regularidade Fiscal da Receita Municipal correspondente à sede da CONTRATADA;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### 8.2.1. Haverá recebimento do objeto conforme segue:

a) *Provisoriamente*, no ato da entrega do serviço (publicação no jornal), pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) *Definitivamente*, de forma simultânea ao recebimento provisório, pelo gestor do contrato, mediante a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

8.2.1.1. O recebimento definitivo será formalizado no mesmo momento do recebimento provisório, após a verificação da conformidade técnica e contratual do serviço entregue, por meio de termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) verificação, por parte dos fiscais técnicos e requisitantes, do cumprimento integral das obrigações contratuais;
- b) emissão de parecer que ateste a qualidade do serviço prestado e a sua conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

8.2.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (artigo 119 c/c artigo 140 da Lei nº 14.133/2021).

8.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

### 8.3 Pagamento

8.3.1. Documentos remetidos juntamente com a nota fiscal:

- ☐ Não haverá
- ☒ Sim, haverá

8.3.2. O documento fiscal deverá ser apresentado:

- ☒ Mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços
- ☐ Após o recebimento definitivo
- ☐ Misto

8.3.2.1. Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.3.2.2. A Nota fiscal deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados de: Unidade de Licitações (Fabíola ou Luciano)
- b) Endereço de e-mail: licitacoes@mprs.mp.br
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: (51) 3295-8121 ou (51) 3295-8065; Fabíola Lemos Bonfadini e/ou Luciano Fernandes Teixeira.

8.3.3. A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

8.3.4. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.3.5. Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3.6. O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal.

- 8.3.7. Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).
- 8.3.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 8.3.9. Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.
- 8.3.10. O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.
- 8.3.11. Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.
- 8.3.11.1. Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, conforme o caso, a data da proposta, no caso de contratações diretas dos arts. 74 e 75, incisos III e seguintes, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, a data do Mapa de Preços validado pela área requisitante, na fase do planejamento (ou pelo agente da contratação na fase de seleção do fornecedor, se refeito).
- 8.3.11.2. O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3.11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.3.11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

## **9. PROTEÇÃO DE DADOS**

- ☒ O objeto do contrato não envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa não atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).
- ☐ O objeto do contrato envolve tratamento de dados pessoais pela empresa contratada, em nome do Ministério Público/controlador (a empresa atua como operadora de dados pessoais, nos termos do art. 5º, inc. VII, da Lei 13.0709/2018).

## **10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **10.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

#### **10.1.1. Critério de julgamento**

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço por item

#### **10.1.2. Parcelamento do Objeto**

- ☐ Há parcelamento do objeto.
- ☒ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

10.1.2.1. O objeto da presente contratação não admite parcelamento, uma vez que se trata de item único, indivisível e funcionalmente integrado, cuja execução deve ocorrer de

forma conjunta para atender plenamente às necessidades da Administração. Dessa forma, o fracionamento do objeto não se mostra possível, seja por sua natureza, unidade e especificidade, seja pela inexistência de divisibilidade técnica, operacional ou econômica, razão pela qual a contratação se dará na forma de item único. A decisão está em consonância com o disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que prevê que o parcelamento será adotado sempre que tecnicamente viável e vantajoso para a Administração, o que não se aplica ao presente caso.

#### 10.2. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa regra de mercado ou exceção legal:
  - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

#### 10.3. EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

##### 10.3.1. Carta de Solidariedade

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor)

##### 10.3.2. Laudos e Declarações

- ☒ Não serão exigidos laudos e declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e declarações.

#### 10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- ☐ Não será exigida qualificação técnica
- ☒ Será exigida qualificação técnica

a) Certidão emitida por instituto ou órgão verificador de circulação, ou por outro meio idôneo, que comprove que o jornal ofertado é de grande circulação no Estado do Rio Grande do Sul. A comprovação deverá ser realizada, preferencialmente, por meio de auditoria conduzida por entidade aferidora de circulação reconhecida pela Associação Nacional de Jornais – ANJ, ou, alternativamente, por outro meio idôneo e acessível a todos os interessados, capaz de atestar, de forma objetiva, a efetiva circulação do periódico no âmbito estadual.

b) Documentos que comprovem e/ou demonstrem, de forma clara e objetiva:

- b.1) A disponibilidade simultânea de edição impressa e digital do jornal ofertado;
- b.2) A circulação habitual no Estado do Rio Grande do Sul, com tiragem diária, no mínimo, de segunda a sexta-feira;
- b.3) A existência de seção destinada à publicação legal, ou equivalente, regularmente disponibilizada nas edições do jornal.

10.4.1. Será exigida a seguinte qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

- ☐ Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação
- ☐ Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.
- ☐ Visita técnica ou vistoria.
- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- ☐ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial.
- ☐ Registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- ☐ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

10.4.2. Qualificação técnica do subcontratado

- ☒ Não haverá
- ☐ Haverá:

10.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- ☒ Não haverá
- ☐ Comprovação de que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a até 10% do valor estimado da contratação.
- ☐ Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro mínimo.

10.6. Consórcio

- ☐ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☒ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.
- ☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

10.6.1. Considerando a natureza simples e rotineira do objeto, que não apresenta maiores complexidades técnicas, operacionais ou econômicas, fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, tanto na fase de apresentação das propostas quanto na execução contratual. A presente vedação fundamenta-se no fato de que a prestação dos serviços pode ser plenamente realizada por empresa individualmente considerada, não se justificando, portanto, a formação de consórcios. A medida visa a assegurar a racionalidade do processo, a simplificação da gestão contratual e a observância dos princípios da eficiência e da economicidade, conforme disposto no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

## **12. ESTIMATIVA DO VALOR**

A Administração estimou o valor unitário do objeto em R\$ 299,82, considerando a contratação de 200 (duzentos) avisos, perfazendo o valor total estimado de R\$ 59.964,00 (cinquenta e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais).